CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 694
26 de junho a 2 de julho de 2015

IFGF

MAIS DE 80% DAS CIDADES BRASILEIRAS ESTÃO EM SITUAÇÃO FISCAL DIFÍCIL OU CRÍTICA, SEGUNDO ÍNDICE DO SISTEMA FIRJAN



CURTAS

GOVERNADOR DO ESTADO DA GEÓRGIA APRESENTA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS A EMPRESÁRIOS FLUMINENSES

A fim de apresentar as oportunidades que o estado da Geórgia, nos Estados Unidos, pode oferecer às empresas fluminenses, o Sistema FIRJAN promoveu um café da manhã para empresários e representantes do estado norte-americano. Nathan Deal, governador da Geórgia, ressaltou que a infraestrutura e a logística de alta qualidade são alguns dos fatores que tornam a região um dos destinos mais atraentes para negócios nos Estados Unidos. "Temos um aeroporto bastante movimentado. Além de uma ampla infraestrutura, nosso estado tem localização estratégica, o que facilita a operação das empresas", disse Deal.



Fabiano Veneza

Nathan Deal, governador da Geórgia: encontro com empresários

Para mostrar um caso bem-sucedido de investimentos brasileiros na Geórgia, Guilherme Gerdau, vice-presidente da Gerdau, contou sobre a experiência da empresa no estado. Atualmente, a companhia é responsável pelo fornecimento das vigas da usina nuclear Plant Vogle, na cidade de Waynesboro. "Meu único arrependimento é não ter investido mais e há mais tempo na Geórgia". Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da FIRJAN, destacou que a FIRJAN pode orientar as indústrias do estado do Rio interessadas em investir na região. O evento foi realizado no dia 16 de junho, na sede da Federação.

MINISTRO DAS CIDADES PARTICIPA DE ENCONTRO NA FIRJAN

Gilberto Kassab, ministro das Cidades; Luiz Fernando Pezão, governador do estado do Rio; e Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente do Sistema FIRJAN, reuniram-se no I Encontro para Autonomia da Pessoa com Deficiência, realizado pelo Rio Solidário na sede da Federação. No evento, foram debatidos temas como mobilidade urbana, assistência social e os avanços no mercado de trabalho. "Se tivermos uma política de inclusão eficiente, o caminho é o sucesso. A FIRJAN sabe disso e tem apoiado esta causa", elogiou Kassab.

A Assessoria de Responsabilidade Social (Asser) e a Gerência Jurídica Trabalhista da FIRJAN apoiam as empresas no cumprimento da Lei nº 8.213/91, que determina cotas para contratação de pessoas com deficiência (PCDs). Mais informações pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

SUCESSÃO FAMILIAR EM DEBATE

O Núcleo de Jovens Empresários da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Sul Fluminense promoveu reunião sobre sucessão familiar nas indústrias. Os empresários Cláudio Lopes, da Pereira Lopes Marcenaria Corporativa, e Hélio Macacchero, da Metalúrgica Macacchero, apresentaram os casos de sucesso de suas empresas. Daniela Balog, responsável pela área de Empreendedorismo do IEL, fez uma palestra sobre a importância do planejamento sucessório. O evento foi realizado em Três Rios no dia 9 de junho.

ISENÇÃO PARA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL

O Sistema FIRJAN pleiteou, na Câmara dos Vereadores, a urgente entrada em pauta do Projeto de Lei 950/2014, que concede isenção de IPTU para as produtoras cinematográficas do município do Rio de Janeiro. Gabriel Pinto, da Gerência de Desenvolvimento Setorial, e Silvia Rabello, presidente do Sicav, apresentaram para todos os vereadores do município do Rio de Janeiro a urgência da aprovação do projeto de lei que dá continuidade de isenção de IPTU, em vigor desde 1984.

E ENTREVISTA

O Departamento de Defesa Comercial (DECOM), órgão do governo que protege a indústria de práticas desleais de comércio internacional, anunciou a transição de seus processos físicos para o ambiente digital, com início em 31 de julho. Em entrevista à Carta da Indústria, **Cassia de Lima Pierobon**, analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), explica as principais mudanças nos procedimentos para os usuários e as outras novidades previstas. Ela participou do seminário "Funcionalidades do Sistema DECOM Digital", promovido pelo Sistema FIRJAN, em junho.


Guarim de Lorena

AGILIDADE NOS PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL

CARTA DA INDÚSTRIA – O que é o sistema DECOM Digital?
CASSIA DE LIMA PIEROBON – O DECOM Digital é um sistema de formação de autos eletrônicos. O objetivo é acabar com os trâmites de papel de forma a garantir mais agilidade para vistas dos autos e colocar no sistema tudo aquilo que hoje consta apenas nos autos físicos. Então, qualquer pessoa, desde que habilitada, consegue acessar o sistema pela internet e ver os autos restritos sem precisar ir até o DECOM obter vistos, por exemplo. O intuito é facilitar, dar mais transparência e agilidade aos processos.

CI – Quais são as funcionalidades do sistema e os ganhos para as empresas?
CLP – O principal ganho para o setor privado é o fato de o sistema permitir o acompanhamento das etapas do processo de qualquer lugar do mundo. O usuário pode enviar seus documentos do escritório ou de casa, dispensando a ida até o DECOM para que ele seja protocolado ou para obter vista dos autos. Em relação às funcionalidades, o sistema permite que você protocole os documentos e faça o acompanhamento. Ele está substituindo o que é feito hoje no protocolo do DECOM. Por enquanto é algo bem básico, mas que já facilita bastante, pois nós estamos em Brasília e as consultorias de comércio exterior se concentram nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso, essa mudança se configura como um grande avanço. Os usuários anexam, consultam os protocolos, visualizam os autos e resolvem remotamente suas pendências.

CI – Qual é o prazo de implementação total do sistema?
CLP – O sistema entrará em vigor a partir de 31 de julho. Tudo aquilo que for protocolado depois dessa data funcionará somente pelo DECOM Digital, isto é, toda essa parte de formação dos autos. É interessante ressaltar que algumas petições que entraram a partir de abril já estão correndo nesse novo sistema. Elas estão sendo testadas, mas continuam no meio físico também. Abrimos a fase de testes para o setor privado familiarizar-se ao sistema. Mas a partir de julho ele entra em operação efetiva. Claro que, como todo sistema, haverá evoluções e atualizações para ajustes.

CI – Destacaria outras novidades na área de defesa comercial?
CLP – A maior inovação que tivemos é o Decreto nº 8058/13, que é o novo regulamento antidumping. Essa medida encurtou vários prazos do processo, incluindo a parte do DECOM de analisá-los. Trabalhamos para que todos os procedimentos realizados pela administração pública sejam mais ágeis, sem comprometer o prazo das partes para o contraditório e a ampla defesa. Atualmente está sendo revisto também o nosso regulamento de subsídio e medida compensatória. O que foi feito para promover a inovação na regulamentação antidumping, nós estamos tentando trazer para a área de subsídios.

PEZÃO E EMPRESÁRIOS DEBATEM OPORTUNIDADES PARA INVESTIMENTOS FRANCESES NO RIO

O Sistema FIRJAN promoveu almoço com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e empresários brasileiros e franceses para debater as oportunidades de negócios bilaterais. A inciativa fez parte da programação do Encontro Empresarial Brasil-França, realizado em parceria com o Movimento das Empresas da França (Medef).



Antonio Batalha

Gérard Wolf, Eduardo Eugenio, Luiz Fernando Pezão e Francisco Dornelles: negócios bilaterais

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema FIRJAN, destacou as semelhanças que aproximam os países. "A agenda econômica e política da França é a mesma que a nossa: diz respeito aos impostos, à flexibilização das relações de trabalho e ao combate à burocracia. Há uma cumplicidade de interesses", pontua.

Pezão argumentou que a desaceleração econômica não pode afastar investidores estrangeiros do estado. "Só sairemos da crise com trabalho e criando bons ambientes de negócio", garantiu. De acordo com ele, as indústrias petrolífera, naval e siderúrgica têm grandes oportunidades para a atração de novos empreendimentos.

Gérard Wolf, vice-presidente do Medef Internacional, reiterou o interesse da França de investir no estado: "Nossas empresas sempre se sentiram em casa no Rio. Estamos aqui para criar valores, empregos e ajudar o estado a se desenvolver ainda mais. Temos uma política de longo prazo".

> ***"Só sairemos da crise com trabalho e criando bons ambientes de negócio"***
>
> ***Luiz Fernando Pezão***
> *Governador do Rio de Janeiro*

O Medef reúne mais de 800 mil empresas francesas e é a maior associação do setor privado da França.

Na avaliação de Jean Emmanuel Seixas, diretor presidente do Grupo Egis, as Parcerias Público Privadas (PPPs) são uma porta de entrada para as empresas francesas: "Temos muito interesse nas PPPs relativas à mobilidade, rodovias, metrôs e saneamento. Queremos trazer nossa *expertise* para o estado".

SEMINÁRIO

Outro destaque do evento foram os painéis com os temas Cidade Sustentável e Energia. Na primeira etapa, foram abordadas as experiências do Centro de Operações do Rio, iniciativa da prefeitura que integra 36 órgãos a fim de promover maior controle e monitoramento dos fluxos da cidade. O bom exemplo francês foi apresentado pelo Grupo Egis, empresa francesa com filial no Brasil, que oferece soluções para mobilidade urbana e instalou os painéis eletrônicos no estádio da cidade de Nice, na França.

No painel sobre Energia, Amilcar Ribeiro, diretor de Estudos Econômicos, Energéticos e Ambientais da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), discutiu o planejamento energético brasileiro e as alternativas viáveis às usinas hidrelétricas. O evento foi realizado no dia 17 de junho, na sede da Federação.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO É HOMENAGEADO COM MEDALHA DO MÉRITO INDUSTRIAL

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso foi condecorado pelo Sistema FIRJAN com a medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro, concedida a pessoas que contribuíram de forma marcante para o desenvolvimento do país e do estado.



Guarim de Lorena

Fernando Henrique Cardoso relembrou sua trajetória política e contribuição para o país

"Fernando Henrique foi o ourives de um novo Brasil", afirmou Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação, na cerimônia que reuniu 280 empresários, políticos e embaixadores na sede da Federação. Ele ressaltou a importância do homenageado para a estabilização da moeda e crescimento econômico do Brasil. "Apenas os grandes estadistas são capazes de promover a transição entre modelos de Estado", declarou.

Eduardo Eugenio destacou ainda conquistas dos mandatos de FHC como a queda na taxa de mortalidade infantil o aumento do acesso ao ensino básico. "Vivemos anos de um Brasil aberto e admirado, que não perdia de vista a preocupação genuína com a justiça social".

Fernando Henrique relembrou sua trajetória política e a contribuição para o progresso do país. "Sinto-me recompensado, apesar das dificuldades. Dediquei parte da minha vida à coisa pública. Quando ministro e presidente, consegui juntar um grupo extraordinário que nos permitiu promover o desenvolvimento nacional", afirmou. O homenageado fez uma análise do momento econômico atual, que entende como difícil e desafiador. "Temos sentido que algo não está compatível com nossas aspirações. Isso é grave. Não podemos perder o rumo", argumentou. De acordo com ele, é preciso ter cuidado com políticas econômicas equivocadas para não haver retrocessos. "Foi criada uma ilusão de que é possível crescer apenas aumentando o crédito. Com isso se formou uma bolha, que tem impactos diretos na sociedade", alegou o ex-presidente.

Apesar de identificar dificuldades, FHC defendeu que se tenha esperança na recuperação da economia: "Não estamos condenados a dar certo. Temos de trabalhar para isso. Levaremos um tempo para ver o Brasil com o ânimo que já teve, mas temos condições enraizadas para retomar o caminho do futuro".

Pedro Malan, ministro da Fazenda dos dois mandatos do governo FHC, destacou o importante legado deixado pelo ex-presidente e a inspiração que oferece às gerações futuras. "É preciso ter percepção histórica do passado recente para que se faça justiça a Fernando Henrique e o significado e valor do seu governo", defendeu.

Lucenil Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio de Janeiro (Simmmerj), definiu a homenagem como motivo de orgulho para a indústria. "Em função do momento que vivemos, em que instituições são postas em xeque, condecorar Fernando Henrique é uma lembrança à austeridade fiscal e de como conduzir o Estado com eficiência", disse.

Também participaram da cerimônia Francisco Dornelles, vice-governador do Rio de Janeiro, o senador José Serra, Armínio Fraga e Gustavo Franco, ex-presidentes do Banco Central, além de Paulo Hartung e Beto Richa, governadores do Espírito Santo e Paraná, respectivamente. O evento foi realizado no dia 19 de junho.

MATÉRIA DE CAPA

IFGF MOSTRA QUE 800 MUNCÍPIOS BRASILEIROS DESCUMPREM LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Mais de oito em cada dez municípios brasileiros estão em situação fiscal difícil ou crítica. É o que revela a terceira edição do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que detectou como determinantes para essa situação o binômio aumento dos gastos com pessoal e queda dos investimentos. No Brasil, quase 800 cidades (15,2% do total) descumprem o teto permitido para despesas com o funcionalismo, fixado em 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, 2000).

10 MAIORES IFGFs

RANKING	CIDADE	IFGF
1º	Conceição do Mato Dentro (MG)	0,9572
2º	Alvorada de Minas (MG)	0,9169
3º	Gramado (RS)	0,8876
4º	Balneário Camboriú (SC)	0,8805
5º	Vitória do Xingu (PA)	0,8759
6º	Abdon Batista (SC)	0,8671
7º	Itatiaiuçu (MG)	0,8670
8º	Maringá (PR)	0,8632
9º	Indaiatuba (SP)	0,8513
10º	Hortolândia (SP)	0,8322

Fonte: Sistema FIRJAN

Na outra ponta, a excelência ficou restrita a 18 municípios, e a boa gestão foi verificada em apenas 15,4% das cidades. Com isso, o indicador atingiu o menor valor da série, desde 2006, com queda de 10,5%. O IFGF Geral ficou em 0,4545, ante 0,5079 verificado no ano anterior (o índice varia de zero a um; e quanto maior, melhor a situação fiscal). Com abrangência nacional, o estudo tem por objetivo fornecer uma ferramenta de controle social dos orçamentos públicos e municiar os gestores municipais de informações que permitam o aperfeiçoamento de suas decisões.

DESACELERAÇÃO ECONÔMICA

Segundo Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da Federação, o IFGF mostra com clareza que os municípios apresentam dificuldades semelhantes às que o país tem enfrentado tanto em âmbito federal quanto estadual. "Houve um cenário de diminuição da receita, fruto da situação econômica, que surpreendeu todos os entes públicos. Isso obviamente apertou os orçamentos e deixou pouco espaço para se investir. Não à toa, todos os níveis de governo estão fazendo ajustes fiscais, só que em cima de investimento. Essa estratégia é equivocada, pois uma economia em recessão precisa exatamente desses aportes para retomar o crescimento", analisa.

Além disto, a despesa com funcionalismo cresceu mais do que as receitas, e o indicador Gastos com Pessoal alcançou o pior nível da série (0,4924). Cerca de 3 mil prefeituras (mais da metade do total) aumentaram o comprometimento orçamentário com pessoal, levando 68,1% delas a consumir mais de 50% da RCL com essa rubrica. De um ano para o outro, quase dobrou o número de municípios que descumprem a LRF nesse aspecto, saltando de 445 para os 796. Os piores índices estão no Nordeste, onde 33,7% das prefeituras (563) comprometem mais de 60% da receita corrente líquida com a folha de pagamento.

Essa situação reforça a importância da proposta do Sistema FIRJAN, apresentada este ano ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de criação de uma "regra de ouro" que limite, obrigatoriamente, a evolução dos gastos correntes abaixo do crescimento do PIB. A medida, em períodos de menor crescimento, evitaria soluções já conhecidas, como a restrição dos investimentos em favor da manutenção dos gastos correntes, o que vem ocorrendo nas três esferas de governo.

O IFGF indica que 3.559 cidades reduziram os investimentos, levando também esse indicador ao menor nível desde 2006 (0,4319 ante 0,6277 do ano anterior). Um fator para isso foi a queda de 36,4% nas transferências da União e dos estados relativas a convênios com municípios para fins de investimento, de 2012 para 2013. Em média, os governos locais investiram 9% de sua RCL em 2013, bem abaixo dos 14,2% do ano anterior. Apenas 279 cidades apresentaram nota máxima no IFGF Investimentos.

RIO SE DESTACA ENTRE AS CAPITAIS

A piora do cenário econômico aumentou os contrastes regionais no que diz respeito à gestão fiscal. Houve aumento da proporção de municípios do Norte e Nordeste entre os 500 menores. Entre os 500 maiores, a Região Sul manteve a liderança, respondendo por 39,8% dos municípios, aumentando inclusive sua participação em relação ao ano anterior. O Sudeste, por sua vez, reduziu sua participação no Top 500. Com exceção do Rio de Janeiro, que manteve 15 municípios entre os 500 maiores, todos os outros estados da região perderam participação.

Entre as capitais, o Rio de Janeiro foi a única cidade a apresentar gestão fiscal de Excelência (0,8169), com bom desempenho em todos os cinco indicadores, apesar de um leve recuo em Investimentos. São Paulo também se destacou, saltando da 36ª posição para a segunda entre as capitais, com 0,7744.

MUDANÇA DO CENÁRIO

Ao fazer uma avaliação geral dos resultados, Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários do Sistema FIRJAN, preocupa-se com a capacidade de retomada do crescimento e com a eficiência dos serviços públicos. "A possibilidade de saída do cenário econômico atual passaria, em boa parte, por investimento público, mas podemos perceber pelo estudo que estamos com dificuldade nesse sentido também por parte dos municípios", diz Lima, que também preside o Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul).

Para Lima, o comprometimento cada vez maior do orçamento com o custeio, tendo em vista o crescimento médio dos gastos com a folha de pagamento, inviabiliza investimentos em educação e saúde: "Quando falamos em município, pensamos numa capilaridade muito grande, pois eles abrangem uma soma significativa da estrutura econômica. Mas com esse cenário, não há fôlego".

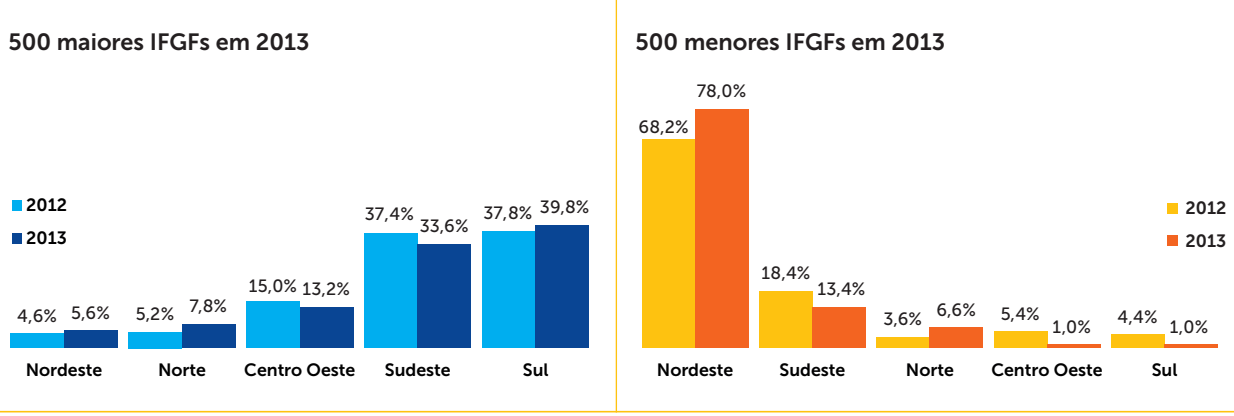
METODOLOGIA

O IFGF é resultado da composição de cinco indicadores: Receita Própria, que mede a dependência dos municípios em relação às transferências dos estados e da União; Gastos com Pessoal, que mostra quanto os municípios despendem com pagamento de pessoal em relação ao total da RCL; Investimentos, que acompanha o total de investimentos em relação à RCL; Liquidez, que verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo; e Custo da Dívida, correspondente às despesas de juros e amortizações em relação ao total das receitas líquidas reais.

Em 2013, ano de referência do novo IFGF, as cidades administraram recursos da ordem de R$ 400 bilhões. O índice utiliza dados oficiais, declarados pelos próprios municípios e consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram avaliados 5.243 municípios brasileiros, onde vivem 96,5% da população. Apenas 324 cidades ficaram de fora da base, por não terem apresentado seus dados ou por falta de consistência nos números declarados.

Acesse o IFGF 2015 completo em www.firjan.org.br/ifgf.

MAIORES E MENORES IFGFS POR REGIÃO



Fonte: Sistema FIRJAN

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DO CTS AUTOMAÇÃO E SIMULAÇÃO DESPERTAM INTERESSE DO GRUPO METALMECÂNICO

O Movimento Sindical FIRJAN levou empresários do Grupo Metalmecânico do estado do Rio para conhecer as soluções oferecidas pelo Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Automação e Simulação, em Benfica. Durante a visita, os executivos conheceram os modernos laboratórios do centro e equipamentos de ponta, como as impressoras 3D e scanner de alta precisão – disponíveis para uso da indústria fluminense – e puderam acompanhar o desenvolvimento de protótipos no SENAI FabLab.



Guarim de Lorena

Empresários conhecem SENAI FabLab durante visita ao CTS Automação e Simulação

Sérgio Villarreal, gerente do CTS Automação e Simulação, apresentou ferramentas que a FIRJAN dispõe para atender às empresas do setor metalmecânico, divididas em áreas como bioprocessos, meio ambiente, metalurgia e simulação. Ele também destacou ações que estão sendo desenvolvidas. "Oferecemos soluções inovadoras que possibilitam a indústria tornar-se mais competitiva", disse Villarreal.

O que mais chamou a atenção dos empresários foi o SENAI FabLab – laboratório de prototipagem idealizado para estimular o pensamento inovador e criativo dos jovens, tirando do papel soluções em automação e novos produtos. Os projetos ganham vida facilmente nas impressoras 3D, capazes de criar objetos de muita durabilidade, a partir de materiais como plásticos, metais e até papel. O FabLab dispõe de impressora 3D, cortadoras a laser e de vinil e fresadoras (pequena e grande), além de equipamentos como eletrônicos, computadores, softwares *open-free* e acessórios de robótica. "O FABLab nos dá a possibilidade de criar protótipos a preços competitivos. Isso viabiliza a execução de projetos de inovação das empresas na nossa região", explica Débora de Carvalho, conselheira do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Automativas, de Informática e de Material Eletro-eletrônico do Médio Paraíba e Sul Fluminense (Metalsul).

O grupo visitou ainda outros laboratórios da unidade para conhecer novas estruturas e maquinários, como scanner de alta precisão capaz de reproduzir objetos de até 2,5 metros. Para Cláudio Tângari, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindmetal), o trabalho que está sendo realizado beneficia a indústria: "Além das soluções para empresas, o CTS forma jovens preparados para usar tecnologia de ponta, como a prototipagem. Chegarão ao mercado prontos para atender nossas demandas".

Também participaram do encontro Waltraud Keuper, presidente do Sindicado das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Petrópolis (Sindmmep), Lucenil Ferreira de Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio de Janeiro (Simmmerj), e Paulo Pedrosa, secretário de diretoria do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro (SIMME). A visita foi realizada em 18 de junho.

MODELO DE GESTÃO DAS FORÇAS ARMADAS BENEFICIARÁ INDÚSTRIA FLUMINENSE DE DEFESA E SEGURANÇA

O Sistema FIRJAN recebeu empresários e representantes das Forças Armadas no Fórum Empresarial de Defesa e Segurança. O objetivo foi debater o legado que o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), desenvolvido pela Marinha do Brasil, pode deixar para a indústria, em especial a fluminense. Também foram apresentadas as novas modalidades de gestão que estão sendo implementadas pelo Comando da Aeronáutica (Comaer).

Segundo o brigadeiro do ar José Isaías Augusto de Carvalho Neto, subsecretário de contratos e convênios da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (Suncov), as mudanças representam avanço nas relações comerciais. Os contratos firmados atualmente com a Aeronáutica são estabelecidos de acordo com a Lei Federal de Licitação 8.666/93. Isso faz com que o Comaer administre um número grande de contratos. Para dar mais agilidade à gestão, o Comaer passará a atuar de três formas: em contratos com a empresa pública Alada, em processo de criação; pelo formato de Parceria Público Privada (PPP), que será implementada ainda este ano; e por intermédio da Organização Social – braço de pesquisa e educação, também em processo avançado de criação. "As três modalidades amplificam a capacidade de negociação e a possibilidade de gestão mais racional dos recursos", explica Carvalho Neto.

VANTAGENS DO MODELO

João Maurício de Lima Filho, diretor da Imer do Brasil – empresa que produz embalagens para transporte de produtos perigosos e material de defesa – também destaca as vantagens do novo modelo: "Acena-se com uma novidade, um implemento para que a indústria possa responder e encontrar respaldo naquilo que ela é especialista em produzir", avaliou.

Outro ponto, apresentado pelo Departamento de Catalogação e Promoção Comercial do Ministério da Defesa (Decat/MD), foi a catalogação de fornecedores de produtos e serviços do setor. Segundo o vice-almirante Antônio Carlos Soares Guerreiro, diretor do Decat, com o registro será possível encontrar mais facilmente essas companhias, para atuação no Prosub e no mercado internacional. "Vários órgãos do governo estão estudando uma forma de unificar conhecimentos e esforços, para que este legado beneficie nossa indústria", ressalta Guerreiro.

Carlos Erane de Aguiar, coordenador do Fórum de Segurança, destacou o potencial do mercado fluminense: "Hoje, 90% dos projetos da Marinha, por exemplo, estão aqui no estado do Rio. Então, é importantíssimo que a FIRJAN, junto com os setores da área naval, possa fazer um grande trabalho para revitalizar os nossos estaleiros e as nossas indústrias".

COMITÊ NAVAL

Durante o encontro, o Comitê Naval da Defesa apresentou os estudos que estão sendo realizados na parceria entre a FIRJAN e a Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip), para mapear toda a cadeia produtiva da economia do mar. A iniciativa envolverá as indústrias de defesa, *offshore* e navipeças, entre outras. Um documento está sendo preparado para apresentar à Federação no próximo semestre. A reunião foi realizada em 11 de junho, na sede da Federação.

Vinícius Magalhães



Carlos Erane de Aguiar e o vice-almirante Antonio Carlos Soares Guerreiro, na FIRJAN

G | GERAL

LEI MODIFICA REGRAS PARA AUXÍLIO DOENÇA E PENSÃO POR MORTE

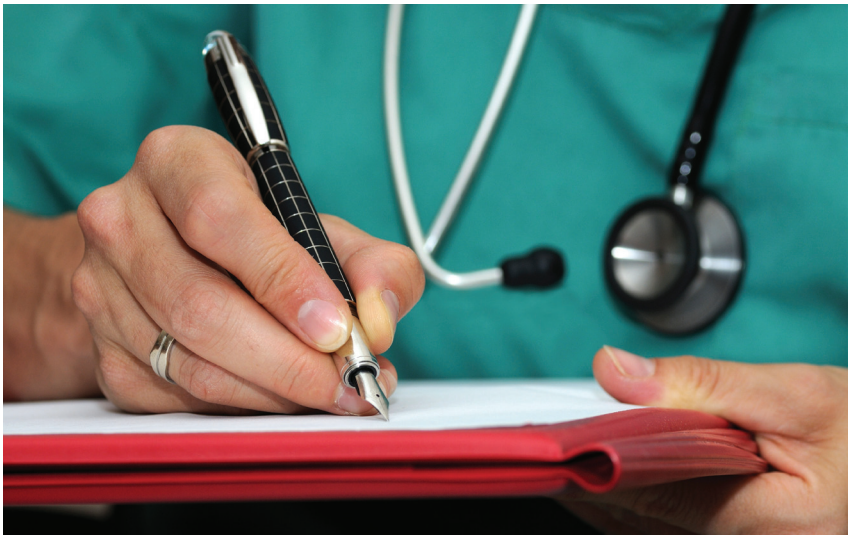
Em virtude da Lei 13.135/2015, publicada em 18 de junho no Diário Oficial da União, as empresas voltam a pagar apenas os primeiros 15 dias de afastamento dos funcionários, seja por doença ou acidente de trabalho. A partir do 16º dia, o pagamento será feito pela Previdência Social. A lei é resultado da revisão da Medida Provisória 664/2014, que inicialmente previa regras mais rigorosas para a concessão dos benefícios. A MP 664 modificava a regra para o auxílio-doença, fazendo com que os 30 primeiros dias de afastamento ficassem a cargo das empresas.

A nova lei estabelece ainda que o valor do benefício do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários de contribuição, inclusive em caso de remuneração variável. Quando não alcançado o número de 12 salários, a média aritmética passa a ser dos pagamentos recebidos.

Ainda de acordo com as novas regras, os benefícios de pensão por morte de companheiro(a) ou esposo(a) só poderão ser solicitados quando o tempo de união estável ou casamento for superior a dois anos. Além disso, o segurado deverá ter contribuído para o INSS por, no mínimo, um ano e meio. As restrições ao acesso à pensão por morte e ao auxílio-doença fazem parte do pacote de ajuste fiscal que está sendo promovido pelo governo federal, que também envolve novas regras para acesso aos benefícios de abono salarial e seguro-desemprego.

Para Sergio Duarte, vice-presidente da Vitális Indústria de Alimentos/Chinezinho, a alteração atende a uma demanda da indústria pela diminuição de encargos trabalhistas. "A indústria tem lutado contra esses entraves que minam nossa competitividade. A quantidade de tributos torna cada dia mais caro contratar. Por isso, essa lei foi uma grande vitória do setor", declarou.

Banco de imagem/iStock



As empresas voltam a pagar apenas os primeiros 15 dias de afastamento dos funcionários

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
1º Vice-presidente FIRJAN: Carlos Mariani Bittencourt
2º Vice-presidente FIRJAN: Carlos Fernando Gross
1º Vice-presidente CIRJ: João Lagoeiro Barbará
2º Vice-presidente CIRJ: Geraldo Coutinho
1º Diretor Secretário - FIRJAN: Armando Brasil Salgado
1º Diretor Secretário - CIRJ: Mauro Ribeiro Viegas Filho
1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN: Abílio Moreira Mendes
1º Diretor Tesoureiro - CIRJ: Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS
Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto
Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima
Economia: José Mascarenhas
Energia Elétrica: Sergio Gomes Malta
Gestão Estratégica para Competitividade: Angela Costa
Indústria da Construção: Roberto Kauffmann
Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho
Jovens Empresários: Poliana Silva
Meio Ambiente: Isaac Plachta
Política Social e Trabalhista: José Arnaldo Rossi
Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho
Presidentes de Conselho das Representações Regionais: Rubens Muniz
Relações Internacionais: Luiz Felipe Lampreia
Responsabilidade Social: Luiz Chor
Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS
Agroindústria: Francisco Muniz
Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira
Cosméticos e Perfumaria: Celso Dantas Aguiar
Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar
Moda: Oskar Metsavaht
Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN
Assessoria de Imprensa: Lorena Storani Insight Comunicação
Editor Geral: Coriolano Gatto
Editor Executivo: Kelly Nascimento
Editor Adjunto: João Penido
Redação: Janaína Salles, Nathalia Curvelo e Silvia Noronha
Revisão: Geraldo Pereira
Fotografia: Antonio Batalha, Fabiano Veneza e Guarim de Lorena
Projeto Gráfico: DPZ
Design e Diagramação: Paula Barrenne
Produtor Gráfico: Ruy Saraiva
Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ
Avenida Graça Aranha 1
CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2563-4455
www.firjan.org.br

FIRJAN PROMOVE WORKSHOP PARA EMPRESÁRIOS SOBRE EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO 2015

O Sistema FIRJAN promoveu workshop a fim de esclarecer como empresários podem concorrer às verbas do Edital SENAI SESI de Inovação 2015. Este ano será disponibilizado um total de R$ 40 milhões não reembolsáveis para o desenvolvimento de projetos. O valor é 31,4% maior do que o da última edição.



Guarim de Lorena

Workshop sobre Edital SENAI SENI reuniu empresários de diversos setores industriais

"O SESI e o SENAI têm essa iniciativa entendendo que inovação gera competitividade e aumenta a produtividade da indústria. Nosso propósito é criar um ecossistema favorável para as empresas", afirmou Bruno Gomes, diretor de Inovação da FIRJAN.

Uma das novidades dessa edição é a introdução da categoria Start Up Inovadora, que terá financiamento de até R$ 150 mil por projeto e prazo de execução de 10 meses. As outras modalidades são Soluções de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Qualidade de Vida e Inovação Tecnológica, abertas para todas as empresas, com orçamento de R$ 400 mil e período de 20 meses para conclusão dos projetos. Outro destaque do Edital 2015 é a parceria com a agência de inovação britânica Innovate UK, para o desenvolvimento de ideias em energia, água e resíduos. Os selecionados nessas áreas poderão realizar parte das etapas de testes no Reino Unido.

SUBMISSÃO DE PROPOSTAS

Os empresários receberam instruções de como submeter suas propostas nas duas etapas do edital: de aprovação de ideias e classificação de projetos. As seleções, que ocorrem trimestralmente, possibilitam que os concorrentes reprovados na primeira triagem, após se adequarem às sugestões dos recrutadores, se reinscrevam no processo. Outra vantagem é o ciclo contínuo de avaliação, que permite aos participantes enviarem suas propostas a qualquer momento, até 7 de dezembro, quando se encerram as inscrições.

No evento, foram mostrados casos bem-sucedidos de empresas que obtiveram financiamento de editais anteriores, como a Clever Park, que, com o apoio do CTS Automação, desenvolveu embalagens inteligentes para panelas, e a GE Celma, que criou soluções inovadoras para portadores de necessidades especiais nas indústrias. "Esse edital chega num momento em que os industriais estão precisando de um alento. Ele é ambicioso e foi muito bem divulgado. Nós estávamos precisando de uma boa notícia como essa", avaliou Angela Andrade, diretora executiva do Sindicato das Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Estado do Rio de Janeiro (Sindijoias-RJ).

Para Henrique Drumond, sócio da Insolar, empresa aprovada no Edital 2014, um dos benefícios para os participantes é o aprendizado durante o processo de inscrição. Com os recursos obtidos, a Insolar desenvolveu o Ombrelone Solar, que utiliza a energia do Sol para a geração de energia elétrica. "Acredito que os empresários devem participar pela própria experiência. Eles sairão com um modelo de negócios pronto", declarou.

Mais informações podem ser obtidas pelo número (21) 2563-5877 ou pelo e-mail edital.firjan@firjan.org.br.

PALAVRA DO ASSOCIADO

ENGEPRED: EXPERIÊNCIA DE 28 ANOS EM GESTÃO DE PROPRIEDADES E SOLUÇÕES DE ENGENHARIA

Com serviços voltados para a melhoria das condições de consumo e aproveitamento dos recursos naturais, a Engepred oferece soluções sustentáveis para empreendimentos corporativos em todo o Brasil. A empresa, sediada no Rio, também atua nas áreas de gestão ambiental e gerenciamento de obras e projetos.

A empresa, fundada há 28 anos, participou da expansão do mercado de shoppings centers em diversas cidades do Brasil, nas diferentes etapas: planejamento, implantação e operação. E tem como diferencial uma equipe de 60 profissionais de diversas especialidades, que trabalham em conjunto para analisar as necessidades do cliente e encontrar soluções que ofereçam a melhor relação entre custo e benefício. "O conhecimento adquirido no atendimento de diferentes tipos de empreendimentos nos possibilitou desenvolver outros serviços que proporcionassem a otimização dos recursos aplicados, desde o projeto até a operação das propriedades", detalha a diretora Luciana Penna.

Divulgação/Engepred



"Por meio do Sistema FIRJAN, temos acesso às informações estratégicas importantes para o nosso empreendimento. Outra vantagem é que os eventos promovidos pela Federação geram oportunidades para fechar negócios no futuro"

Luciana Penna
Diretora da Engepred

A Engepred atualmente gerencia grandes empresas, edificações e mais de 20 shoppings centers nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal. Para a empresária, é importante estar atenta às novidades do setor de atuação e às demandas da sociedade. "Estamos focados em buscar soluções de sustentabilidade energética e redução de consumo de água, atendendo a uma demanda crescente de uso racional de recursos naturais neste ambiente de incerteza econômica".

Luciana acredita que a associação ao CIRJ/Sistema FIRJAN é fundamental para adquirir conhecimentos necessários para o desenvolvimento da empresa, seja por meio de cursos de capacitação, seja por meio de *networking* com outros associados do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ): "Somos uma empresa de serviços e precisamos estar informados das novidades do setor que atuamos. Por meio do CIRJ, temos acesso às informações estratégicas importantes para o nosso empreendimento. Outra vantagem é que os eventos promovidos pela Federação geram oportunidades para fechar negócios no futuro".

A diretora destaca que investir na educação de seus colaboradores é prioridade para a empresa: "Os cursos oferecidos pelo SENAI nos ajudam a promover uma qualificação profissional de qualidade, com o objetivo de implantar em seus processos inovações em gestão, tecnologias e materiais".

A atenção à qualidade não está voltada apenas para o sistema de trabalho. A Engepred investe também na saúde de seus profissionais. Para a diretora, por meio dos programas do SESI, é possível realizar ações de promoção a saúde, educação, esporte, lazer e cultura aos nossos funcionários e seus familiares.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 694
26 de junho a 2 de julho de 2015

TURMA MANTÉM ANULAÇÃO DE SENTENÇA
TRANSITADA EM JULGADO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve por maioria decisão que declarou a nulidade absoluta de uma sentença já transitada em julgado por ausência de citação da empresa e determinou a renovação do ato.

Segundo o relator, ministro Cláudio Brandão, a nulidade de citação, "face a gravidade que lhe acompanha", permite a desconstituição da sentença, mesmo após o decurso do prazo previsto para o ajuizamento da ação rescisória.

No processo originário, a empresa não compareceu à audiência de conciliação e foi condenada à revelia a pagar diversas verbas trabalhistas a um ex-empregado, no valor de R$ 26 mil, calculados em 2007.

No início da execução, a empresa apresentou petição questionando a ausência de citação que resultou na revelia.

Segundo informou, o endereço fornecido pelo trabalhador para citação foi o do banco emissor dos cheques apresentados como prova de vínculo empregatício.

Assim, a citação foi entregue na agência bancária, e provavelmente a pessoa que a recebeu assinou o comprovante de entrega.

Diante da ausência de citação válida, pediu ao juízo da 26ª Vara do Trabalho de São Paulo a anulação de todos os atos praticados no processo.

O juízo indeferiu o pedido sob o entendimento de que, como o processo já se encontrava em fase de execução, a empresa deveria interpor o recurso compatível com o momento processual, e não apresentar uma simples petição.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
Com isso, a empresa ofereceu então exceção de pré-executividade. Trata-se, segundo definição doutrinária, de um procedimento simplificado, não regulamentado pelo Código de Processo Civil, pelo qual a parte leva ao conhecimento do juízo questões de ordem pública antes da penhora, que caracteriza o início da execução.

No recurso, além da nulidade do processo, pediu a condenação do açougueiro por litigância de má-fé, danos materiais e morais.

O pedido foi novamente rejeitado pelo juízo da execução. A decisão entendeu ser impossível tratar da matéria por meio da exceção de pré-executividade, pois a empresa deveria ter, na primeira oportunidade em que tomou ciência do processo, adotado a medida judicial cabível, e não apenas peticionado.

Ao examinar recurso (agravo de petição) contra essa decisão, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verificou a incorreção do endereço da empresa indicado na inicial pelo trabalhador e concluiu pela nulidade absoluta do processo, por ofensa ao princípio do devido processo legal.

TST
No recurso ao TST, o trabalhador sustentou que a declaração de nulidade do processo de conhecimento já na fase de execução feriu a coisa julgada, afrontando o artigo 5º, inciso XXXVI, Constituição Federal.

O ministro Cláudio Brandão explicou que a decisão questionada, que rejeitou a exceção de pré-executividade, tinha caráter interlocutório, contra a qual sequer cabia recurso. Assim, não caberia falar em trânsito em julgado ou ofensa à coisa julgada, qualidade específica das sentenças.

Brandão citou diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido e assinalou que a matéria é questão de ordem pública.

"A nulidade de citação caracteriza-se como vício 'transrescisório', ou seja, nem mesmo o trânsito em julgado da sentença de mérito é capaz de convalidar o defeito da citação", afirmou.

"É justamente nesses casos, em que a questão tratada venha a ser configurada como de ordem pública, que será cabível a utilização da exceção de pré-executividade, melhor denominada de objeção", concluiu.

Ficou vencido o ministro Vieira de Mello Filho, que conhecia do recurso e dava provimento para afastar a declaração de nulidade de citação, reconhecido em exceção de pré-executividade, por simples petição, em fase de execução.
(RR-107400-09.2006.5.02.0026)
Fonte: TST via SIMMEC

TURMA RECONHECE TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA COMO MOTIVADORA DE RESCISÃO INDIRETA

A ilicitude na contratação de mão de obra por empresa interposta configura causa de rescisão indireta do contrato de trabalho por ato faltoso da reclamada, tipificado na alínea "d" do artigo 483 da CLT.

Com esse entendimento, a 1ª Turma do TRT mineiro, por maioria de votos, deu provimento ao recurso de uma reclamante e declarou a rescisão indireta do contrato de trabalho da teleoperadora que, embora contratada por uma empresa de telemarketing e informática, prestava serviços para uma empresa de telefonia celular.

O voto foi proferido pelo juiz convocado Mauro César Silva.

Na sentença, a juíza reconheceu a fraude à legislação trabalhista por meio da terceirização de atividade-fim e declarou o vínculo de emprego diretamente com empresa de telefonia celular.

Contudo, o pedido de rescisão indireta feito pela reclamante foi rejeitado, com fundamento no princípio da continuidade da relação de emprego.

É que, segundo expôs a juíza sentenciante, a declaração da ilicitude da terceirização com o consequente reconhecimento do vínculo com a tomadora não impede a continuidade da prestação de trabalho.

No entanto, ao analisar o recurso da trabalhadora, a Turma de julgadores teve entendimento diverso.

Conforme observou o relator no voto, ao promover a terceirização ilícita, a empresa de telefonia celular deixou de cumprir direitos trabalhistas fundamentais e indisponíveis, como anotar a CTPS da trabalhadora e realizar pagamento das mesmas parcelas pagas aos seus empregados com contrato formalizado. "O fato de permanecer a reclamante trabalhando, sem ter a CTPS anotada pela real empregadora, deve ser considerado na avaliação da conduta do empregador, frente às suas obrigações trabalhistas, de maneira que possa o empregado se insurgir contra o empregador quando sua condição pessoal assim o permitir", destacou no voto.

Para o magistrado, o fato de a reclamante se sujeitar a permanecer trabalhando em condição irregular desde o início do contrato não afasta a imediatidade exigida para a declaração da rescisão indireta do contrato de trabalho.

Esse requisito impõe que o empregado reaja prontamente à falta praticada pelo empregador. Entretanto, no caso do trabalhador, não se pode perder de vista que se trata de hipossuficiente.

Ou seja, parte mais frágil da relação. Portanto, o simples fato de a teleoperadora não ter se insurgido imediatamente contra a situação vivenciada não configura perdão tácito à conduta do empregador, não prejudicando em nada o pedido.

Por tudo isso, foi declarada a rescisão indireta do contrato de trabalho e acrescentadas à condenação as parcelas de aviso prévio, férias, acrescidas de um terço, 13º salário, saldo de salário e FGTS com 40%, anotação de saída na carteira e expedição de guias. (0001562-75.2013.5.03.0003 RO)
Fonte: TRT – MG via SIMMEC

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ALTERA PRAZO PARA AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou sua jurisprudência e passou a adotar o prazo prescricional de cinco anos para ajuizamento de ações indenizatórias contra pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

As duas turmas responsáveis pelo julgamento de processos de direito privado vinham aplicando o prazo trienal, previsto no inciso V do parágrafo 3º do artigo 206 do Código Civil (que trata das reparações civis em geral). Já o prazo de cinco anos está disposto no artigo 1º-C da Lei 9.494/97.

LEI ESPECIAL
O relator, ministro João Otávio de Noronha, destacou que a jurisprudência do STJ vem aplicando o prazo de três anos nesses casos, mas ressaltou que o entendimento merecia ser revisto, votando pela aplicação do artigo 1º-C da Lei 9.494, que está em vigor, estabelecendo o prazo prescricional de cinco anos e é norma especial em relação ao Código Civil, que tem caráter geral.

"Frise-se que não se trata de aplicar à concessionária de serviço público o disposto no Decreto 20.910/32, que dispõe sobre a prescrição contra a Fazenda Pública, mas de utilizar a regra voltada especificamente para as hipóteses de danos causados por agentes da administração direta e indireta", explicou Noronha.

TRÊS RAZÕES
A mudança de posição justifica-se, segundo o ministro, em razão de três regras. A primeira é a da especialidade das leis, pela qual a lei especial prevalece sobre a geral.

Além disso, o artigo 97 da Constituição Federal estabelece que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Por fim, a Súmula Vinculante 10 do Supremo Tribunal Federal proíbe o julgador de negar a aplicação de norma que não foi declarada inconstitucional. Assim, não há como deixar de aplicar a lei especial ao caso. O voto foi acompanhado pela unanimidade dos ministros.
Fonte: STJ REsp 1277724